

Superior Tribunal de Justiça

**RE nos EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.644.761 - SP
(2020/0005208-5)**

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : RODRIGO SANTOS DE OLIVEIRA VIEIRA
ADVOGADO : FELIPE NANINI NOGUEIRA - SP356679
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por RODRIGO SANTOS DE OLIVEIRA VIEIRA, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra decisão monocrática do Ministro Presidente do Superior Tribunal de Justiça que não conheceu do agravo em recurso especial (fls. 389/390).

A Coordenadoria de Processamento de Feitos de Direito Penal certificou a ocorrência do trânsito em julgado, datado de 27/02/2020 (fl. 403).

Em momento posterior ao efetivo trânsito em julgado, eis que ultrapassado o prazo de 5 dias corridos para a formulação do recurso cabível, qual seja, o agravo regimental, já que se trata de feito criminal, a parte recorrente interpôs recurso extraordinário, protocolado eletronicamente em 03/03/2020 (fls. 3/21 do expediente avulso).

Não há mais nada a prover na espécie.

Observa-se, como mencionado, que o trânsito em julgado da decisão que não conheceu do agravo em recurso especial já foi certificado nestes autos (fl. 403), sendo manifestamente incabível o presente recurso.

De fato, a prestação jurisdicional, na espécie, já foi exaurida, no que competia ao Superior Tribunal de Justiça e à Vice-Presidência desta Corte.

Feitas essas considerações, **fica determinado o arquivamento imediato de quaisquer outras manifestações, dispensando o envio de expediente avulso à Vice-Presidência. Baixem-se os autos caso ainda estejam no âmbito do STJ.**

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministra Maria Thereza de Assis Moura

Vice-Presidente